

AUTORIZAÇÃO N.º 11684 /2014

I. Do Pedido

Transparência e Integridade, Associação Cívica, com sede na Rua Leopoldo de Almeida, 9 B, 1750-137 Lisboa, vem notificar à Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) um tratamento de dados pessoais com a finalidade de gestão de ficheiro de associados e voluntários.

-A Requerente é uma associação cívica que se dedica à promoção da transparência e combate à corrupção.

-Os dados pessoais objeto de recolha são os seguintes: nome, data de nascimento, sexo (opcional), endereço, contacto telefónico, endereço eletrónico (email), n.º de contribuinte, número de cartão de cidadão ou de documento de identificação, profissão ou área de formação;

-Os dados são recolhidos de forma direta, presencialmente, por telefone ou por internet;

-Não há comunicação de dados nem fluxos internacionais de dados para países terceiros;

-Pretende-se interconexão de dados com a base de dados da Provedoria da TIAC, a fim de determinar a proatividade dos membros da associação na denúncia de irregularidades;

-Pretende-se a conservação dos dados durante o vínculo de associado e voluntário da TIAC e até ao final do ano seguinte à cessação da condição de associado ou voluntário;

- O exercício do direito de acesso é feito por escrito ou por forma eletrónica junto do responsável;

- São indicadas medidas de segurança física (o acesso aos dados e ao sistema de armazenamento e gestão da informação será restrito aos membros e colaboradores da associação, diretamente envolvidos na gestão do sistema, os quais se submetem



às regras de confidencialidade estabelecidas na lei e nos regulamentos internos da associação. Os registos físicos são arquivados nos escritórios da TIAC, dotados de alarmes de segurança) e medidas de segurança lógica (os dados são contidos num sistema informático de acesso restrito, num servidor contratado pela entidade responsável pela recolha e tratamento de dados (TIAC). Cada utente pode aceder e alterar os seus dados pessoais através de um login pessoal, conhecido apenas pelo próprio. A informação é acessível também pelos colaboradores da TIAC responsáveis pela gestão e operação do sistema, e que se submetem às normas legais aplicáveis, bem como ao Código de Conduta da associação).

II. Da Análise

Os dados são tratados com consentimento do respetivo titular, pelo que a CNPD considera existir legitimidade para o tratamento de dados que o requerente se propõe realizar (cf. artigos 3., alínea h), e 6.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro – LPD).

A informação tratada é recolhida de forma lícita (cf. artigo 5.º, n.º1, alínea), da LPD, para finalidades determinadas, explícitas e legítimas e a informação recolhida não é excessiva. Julga-se no entanto que o dado NIF não é adequado nem pertinente à finalidade indicada pelo que deve ser facultativo.

Relativamente à interconexão de dados com a base de dados da Provedoria da TIAC autoriza-se que a mesma seja feita para determinar a proatividade dos membros da associação na denúncia de irregularidades desde que exista consentimento específico do titular dos dados para a mesma, e nos termos do n.º 2 do artigo 9.º não implique discriminação ou diminuição dos direitos, liberdades e garantias dos titulares dos dados.

No momento da recolha ou da atualização dos dados existentes deve ser assegurado o direito de informação, bem como durante o período de conservação dos dados, assegurados os direitos de acesso e de retificação dos mesmos, nos termos previstos nos artigos 10.º e 11.º da LPD.

As medidas de segurança lógicas e físicas devem ser as adequadas a garantir a segurança dos dados, de acordo com o definido nos artigos 14.º e 15.º da LPD.



No que ao prazo de conservação de dados diz respeito este parece adequado.

III. Da Conclusão

Em face do exposto, a CNPD autoriza o tratamento de dados pretendido nos termos dos artigos 6.º, 9.º, 23.º, n.º 1, alínea c), alínea c) do n.º 1 do artigo 28.º e do n.º 1 alíneas c) e d) do artigo 30.º da LPD, nos seguintes termos:

Responsável pelo tratamento: Transparência e Integridade, Associação Cívica;

Finalidade: Gestão de ficheiros de associados e voluntários da associação cívica;

Categoria de Dados pessoais tratados: nome, data de nascimento, sexo (opcional), endereço, contacto telefónico, endereço eletrónico (email), n.º de contribuinte (facultativo), número de cartão de cidadão ou de documento de identificação, profissão ou área de formação;

Comunicação de dados a terceiros: não se verifica;

Interconexões de tratamentos: com a base de dados da Provedoria da TIAC;

Transferência internacionais de dados para países terceiros: não há.

Forma de exercício do direito de acesso e retificação: mediante pedido escrito dirigido ao responsável ou através do email secretariado@transparencia.pt

Prazo de conservação dos dados: até um ano após a cessação do vínculo de associado ou voluntário.

Lisboa, 9 de dezembro de 2014

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Luís Barroso', is written over a horizontal line.

Luís Barroso (O Vogal, em substituição da Presidente)